

O ROMANCE CANUDIANO DE 50

Ângela Gutiérrez

Escritora. Membro da Academia Cearense de Letras. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará. Doutora em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora-Adjunta do Departamento de Literatura da UFC. Coordenadora de Políticas do Livro e de Ações da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará.

Mais de cem anos após a destruição do arraial de Belo Monte, estamos aqui, ainda seduzidos pela figura de Antônio Conselheiro e pela luta de sua gente, tentando entender o que foi, o que é Canudos. A sedução que emana do episódio e a paixão que desencadeia têm sido mantidas ao longo de um século. No momento histórico em que se empreende a guerra de Canudos - anos 96 e 97 do século XIX -, a imprensa é a grande responsável pela criação do estado de espírito quase de histeria, que Walnice Galvão chamou de “calor da hora”, ao trazer a guerra para os lares dos cidadãos da nova república, alarmando-os com as notícias de conspiração internacional para a derrubada do regime; nos anos que se seguem ao sangrento desenlace - peço empréstimo de uma expressão a Chico Buarque para chamá-lo de “página infeliz da nossa história” -, desencadeia-se uma angústia de explicação para o acontecimento, surgindo memórias, depoimentos, ficção, teatro, poemas que buscam um nexo ao contarem Canudos. É quando aparece, em 1902, há exatos cem anos, o livro de Euclides da Cunha, *Os sertões*, fixando a guerra na memória brasileira.

Ao elaborar uma explicação para Canudos, através de um livro-bíblia - e Canudos se fez verbo -, ou de uma suma do conhecimento da época, Euclides, que fora, ainda que nos últimos dias do conflito, testemunha ocular do episódio, tenta conciliar o impossível: seu modelo científico, pautado em teorias deterministas novecentistas, e sua passada observação da realidade discordante. Ao mesmo tempo, porém, constrói uma obra tão sedutora em suas contradições que perpetua o episódio na memória e no imaginário do povo brasileiro.

Até muito tempo depois da publicação do livro maior de Euclides, *Os sertões* e a história de Canudos tornam-se sinônimos. Mas, se o livro teve o mérito de fixar a memória de Canudos, por outro lado, deixou-o

preso no que Calasans chamaria de “gaiola de ouro”: o que ele dissera, estava dito”. Nos meados do século XX, com a publicação dos estudos de vários pesquisadores, especialmente, de Nertan Macedo e Abelardo Montenegro, no Ceará, e de Odorico Tavares e José Calasans, na Bahia, e após a divulgação, em 1974, por Ataliba Nogueira¹, das prédicas de Antônio Conselheiro, pôde-se enxergar o outro lado, multifacetado, da história.

A força germinadora de *Os sertões*, que se revela nas artes visuais e plásticas, na música, na fotografia, no cinema, demonstra indiscutível potência na literatura e, de modo especial, no que chamo de romance canudiano. Com relação especificamente à ficção literária, as narrativas que se centram em tema canudiano, reverenciam, referenciam, parodiam, refazem *Os sertões*, obra que se torna, assim, o cânone literário canudiano.

Já se tem assinalado a importância d’ *Os sertões* para a literatura regional e em ensaio publicado em 1995², o prof. Leopoldo Bernucci estabelece, a partir de estudos comparatistas textuais, as fortes conexões entre a obra de Euclides e grandes obras do regionalismo, como *Vidas secas* de Graciliano, que lhe é posterior e, mesmo com *O sertanejo*, de José de Alencar, que lhe é anterior, compondo, assim, uma verdadeira família de textos que se entrecruzam formando um amplo texto no regionalismo brasileiro.

Mesmo depois do romance regional de 30, os ecos euclidianos continuam a propagar-se na ficção do Nordeste através da persistência da temática de Canudos. Lembremos, entre muitas outras obras, o monumental romance *Viva o povo brasileiro*, de 1984, em que João Ubaldo Ribeiro retoma a polêmica gerada após a publicação de *Os sertões* a partir da denúncia de Euclides de que a Campanha militar contra Canudos fora um crime. O narrador ubaldiano expõe a questão sob a ótica de dois personagens representantes do pensamento das classes dominantes, Bonifácio Odulfo e Patrício Macário. Em esclarecedor diálogo que mantêm sobre o episódio, enquanto Macário, que é general,

1 NOGUEIRA, Ataliba. *Antônio Conselheiro e Canudos.*, revisão histórica. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

2 BERNUCCI, Leopoldo M. *A imitação dos sentidos.* São Paulo: EDUSP/University of Colorado Press, 1995.

censura o envio de tropas contra o povo do sertão, Bonifácio aprova a medida, argumentando que esta fortalece o sistema.³

Embora a abrangência da minha pesquisa na área de ficção canadiana inclua a análise de textos ficcionais que tocam este tema *a latere* (como *Seara Vermelha*, de Jorge Amado ou *Viva o povo brasileiro*, de João Ubaldo Ribeiro já citado, entre muitos outros), além dos textos dramáticos sobre Antônio Conselheiro ou Canudos, seu *corpus* prioritário é formado pelos romances que assumem o tema canadiano como seu eixo narrativo central.

Assim, para efeito de análise, agrupei os romances que chamo de canadianos em três blocos geracionais: os da contemporaneidade de Euclides e dos acontecimentos de Canudos, fortemente contaminados pela proximidade da Guerra e transtextualizados com escritos euclidianos; os da década de 50, quando já era possível “ver” *Os sertões* e os acontecimentos com relativa perspectiva de tempo, ultrapassado o impacto de meio século provocado pelo trauma do episódio e pela obra euclidiana; e os da nossa contemporaneidade, décadas de 70, 80 e 90, com maior perspectiva temporal e com a experiência histórica, cultural e literária do final do século XX, filtrando a guerra e o livro de Euclides. No primeiro bloco, incluí *Os jagunços* (1898), de Afonso Arinos e duas crônicas romanceadas, *O rei dos jagunços* de Manoel Benício (1899) e *Accidentes de guerra* (1905), de Dantas Barreto; no segundo, *Le mage du sertão* (1952), de Lucien Marchal, *João Abade* (1958), de João Felício dos Santos e *O Capitão Jagunço* (1959), de Paulo Dantas; no terceiro, *Ítélet Canudosbon* (1970, com tradução para o português em 2002, *O veredicto de Canudos*), do húngaro Sándor Márai, *La guerra del fin del mundo* (1981), de Mario Vargas Llosa, *A casca da serpente* (1989), de José J. Veiga, *As meninas do Belo Monte* (1993), de Júlio José Chiavenato, *Os mal-aventurados de Belo Monte* (1997), de Eldon Carneiro e *Canudos*, as memórias de Frei João Evangelista de Monte Marciano (1997), de Ayrton Marcondes.

Dentro deste seminário sobre a trajetória do Modernismo no Brasil, e tendo em conta a rememoração do centenário de publicação de *Os*

3 RIBEIRO, João Ubaldo. *Viva o povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p.580-585.

sertões, estabeleço aqui, recorte relativo aos romances que surgem na década de 50 sobre o episódio pois considero pertinente refletir sobre as possíveis adaptações da herança euclidiana à renovação ficcional modernista.

Na primeira metade do século, acontece com o romance o que Calasans alerta com relação à literatura de cordel⁴, e o que Rachel de Queiroz comenta no prefácio a *João Abade: a força inibidora da obra monumental de Euclides*. Somente na década de 50, na literatura brasileira⁵, animam-se João Felício dos Santos e Paulo Dantas, a buscar caminhos narrativos diferentes de *Os sertões*, embora mantendo, em voz explícita dos autores, a afiliação ao grande livro. Em *Le mage du sertão*, de Lucien Marchal, a obra atrela-se à ideologia racial exposta por Euclides, mas sem conseguir a genial ambigüidade do mestre que se sobrepôs pela linguagem ao caráter precívil das teorias que ele mesmo propôs ou se impôs.

Nascido na Bélgica, em 1993, por coincidência no ano de fundação de Belo Monte, Lucien Marchal lutou na Primeira Guerra Mundial. Em 1922 veio para a América do Sul, tendo permanecido durante oito anos no Brasil⁶. Segundo o mestre Calasans, recentemente falecido, há notícia de sua passagem pela Bahia.

Desde o prefácio do autor, depreende-se que *Le mage du sertão* é bem o livro do estrangeiro, escrito para estrangeiros. Depois de informar sucintamente sobre a Campanha de Canudos, acentuando a importância de *Os sertões* na bibliografia sobre o tema, endossa a tese de Euclides quanto à inferioridade das raças mestiças. Em sua própria composição tripartite - "Les Maciel", "Canudos" e "La bataille"-, o livro também remete à celebre divisão tainiana de *Os sertões*. O relato, no entanto, em seu desenvol-

4 CALASANS, José. *Canudos na literatura de cordel*. São Paulo: Ática, 1984. (com colaboração da Fundação Cultural da Bahia), p.6: "Desde o aparecimento de *Os sertões*, em 1902, até os anos 40, não somente a literatura de cordel como os estudos em geral sobre Canudos não são numerosos. Falava-se mais de Euclides da Cunha do que da Campanha de Canudos."

5 Fora do Brasil, o escocês Robert B. Cunninghame Graham publicou uma narrativa: *A Brazilian Mystic, Being the Life and Miracles of Antonio Conselheiro*. Nova York: Dodd, Mead, 1920, muitas vezes apontada como uma versão condensada de *Os sertões*. Ver García, Frederick C. H. Duas apresentações de Euclides da Cunha. *Luso-Brazilian Review*, n.9, p.23-34, 1972, entre outros.

6 Ver orelhas da tradução inglesa do livro: MARCHAL, Lucien. *The Sage of Canudos*. Trad. De Charles Duff. London: J.M.Dents & Sons, 1954..

vimento da trama e dos personagens, revela-se o típico romance pitoresco, não faltando cenas de exotismo tropical e de erotismo dos mestiços - *batouqué*, prostituição -, além daquelas de banditismo, tão a gosto de uma mediana visão estrangeira, estereotipada, do país.

Assim, por qualquer motivo ou sem nenhum motivo, é ressaltada a cor ou a raça dos personagens - “Avec cette extraordinaire mobilité d’esprit du mulâtre”; os seguidores do Conselheiro são descritos como valentões, “plutôt bandits que fidèles”. Entre as copiosas inverossimilitudes e distorções do texto, ressaltam as seguintes : a qualquer momento, do dia ou da noite, os sertanejos comem feijoada; Antônio Vicente despede-se de seu tio Miguel em espanhol, com um “adios”; as repetidas menções a São Sebastião, possivelmente por equívoco, talvez acreditando que o sebastianismo atribuído ao Conselheiro se relacionasse a uma devoção ao santo deste nome; a indicação de data errônea para a fundação de Canudos pelo Conselheiro: “Canudos, la ville hallucinée, la ville d’enfer de sertão était fondée. C’était le 7 mai 1885”⁷, quando sabemos que Belo Monte foi fundada somente oito anos mais tarde, em 1893.⁸

Em 1958, o jornalista fluminense João Felício dos Santos, nascido em 1911, na cidade de Mendes, oriundo de antiga família mineira de Diamantina, publica o romance *João Abade*, centrado no personagem histórico, o conhecido comandante da rua, na época de paz do arraial de Belo Monte, e que se tornaria o líder das hostes canudianas durante a luta contra as expedições militares.

Se Marchal esteve em viagem na Bahia, João Felício morou alguns anos na região de Canudos, atuando em sua profissão de topógrafo,

7MARCHAL. *Le mage du sertão*. Paris: Plon, 1952, p. 139, 142, 145, 138, 146, 148, respectivamente.

8 Aqui, porém, abro parênteses: em conferência que pronunciei na Academia de Letras da Bahia, em 1997, centenário da destruição de Canudos e da morte do Conselheiro, intitulada *La guerra del fin del mundo* na ficção canudiana, quando fiz esta última menção à data erroneamente fixada por Marchal para fundação de Canudos, Dr. Calasans observou que os escritores mesmo quando erram, de alguma forma, intuem algum acerto, pois recentemente se acredita que a primeira visita do Conselheiro à velha Canudos teria acontecido justamente em 85.

o que lhe facultou maiores conhecimentos não só da geografia social do espaço em que situa o romance como a oportunidade de consultar as fontes vivas da história.

No prólogo a *João Abade*, o autor explicita que pretendeu escrever a história romanceada de Canudos sob ângulo ainda não explorado, de “dentro para fora, sem preocupações senão o arraial e sua gente” e afirma que os personagens, os lugares e o enredo contado existiram e lhe foram narrados a partir de informações de um sobrevivente, o jagunço Humberto e da leitura dos cadernos de nota e das cartas de um habitante de Canudos, Julius Cesar Ruy de Cavalcanti, conhecido como o Arlequim.

Lembremos que, desde tempos primórdios da narrativa, um dos mais sólidos instrumentos literários de construção de verossimilhança tem sido a declaração do autor de que o que conta é verdadeiro e lhe foi narrado por testemunha fidedigna ou lhe veio ao conhecimento através de manuscritos que chegaram às suas mãos. Assim, o prólogo de *João Abade* não é necessariamente um depoimento histórico, constituindo-se como um paratexto com muito significação na obra, ao gerar um efeito de real, misturando dados fictícios com os históricos. O autor deixa indícios desta mescla ao usar, mais de uma vez, o adjetivo fabuloso ao referir-se às suas fontes: “O romance nasceu em 1935, de uma conversa comprida nos arredores do fabuloso arraial”; e, mais adiante: “*João Abade* ganhou ótimo subsídio com a leitura do não menos fabuloso Julius Cesare Ruy de Cavalcanti – O Arlequim”. Ressalvemos, ainda, que a própria alcunha do missivista suscita pouca credibilidade em suas informações, se recordarmos que o personagem Arlequim da *commedia dell'arte* italiana assumia a função de distrair os espectadores com graças e chistes e, por extensão, a palavra que o designa veio a tornar-se sinônimo de farsante, truão, fanfarrão.

Aliás, no episódio 36 do romance, o narrador explicita o motivo da alcunha do personagem: “Apelido de Arlequim lhe veio quando re-presentou de artista no circo de Alagoinhas em troca de um de comer.

Foi há mais de vinte anos, na festa de São Gonçalo.

Ele já vinha de fugida daquela besteira”.

A besteira, o leitor vem logo a saber, refere-se a uma desavença

com uma mulher-dama que “deu-lhe com a sapatilha na cara”. E diz o narrador: “Homem que apanha de mulher presta não! Leonídia estrebuchou na calçada e Cavalcanti desertou”⁹.

Ainda no prólogo, o autor reconhece que, além dos relatos de suas fontes, o livro “teve seu polimento final, (...) na catedral que é a obra de Euclides da Cunha. Nem podia deixar de ser assim.” A prefaciadora, Rachel de Queiroz, refletindo idéia corrente à época, inicia o prefácio com referência ao autor de *Os sertões*:

A impressão que se tinha é que Euclides havia encerrado o assunto. Depois dele, o que poderia ser dito? E, por culpa da obra prima, a tragédia de Canudos parecia vedada à inspiração literária, ou exaurida, como um veio de mina velha. Pois êste *João Abade* que estamos lendo parece que veio quebrar o tabu; e com a singularidade de apresentar o drama de Canudos sob ângulo completamente novo: o da gente do Conselheiro¹⁰.

Embora procure ser essa versão dos vencidos, tentando, como recurso de verossimilhança imitar a prosódia, a sintaxe, enfim, o linguajar dos sertanejos, a narrativa perde a força do *pathos*, dissolvido na pintura folclórica da cor local.

O modo de contar o enredo do livro – através de 261 episódios numerados-, representaria, segundo o autor das orelhas do livro, “bati-das irrefreáveis, curtas e secas” configurando uma técnica narrativa de pilão, lembrando a luta cotidiana dos habitantes da arraial contra a adversidade do ambiente.¹¹

Através, assim, de pequenos episódios que seguem os fatos em cronologia linear, o narrador em terceira pessoa expõe privilegiadamente a vida no arraial mas acompanha também o ângulo de visão de ex-

9 SANTOS, João Felício dos. *João Abade*. Rio de Janeiro: Agir, 1958, p.52-55.

10 Queiroz, Rachel de. Idem, *ibidem*, p.7.

11 Idem, orelha posterior.

pedicionários militares. No decorrer da ação, surgem João Abade, Pajeú, Pedrão, Taramela, Manuel Quadrado, Vila Nova e demais personagens históricos do séquito do Conselheiro mencionados n' *Os sertões*, mas que adquirem revestimento ficcional, como acontece com o Conselheiro, tido pelo narrador como um títere nas mãos de outros líderes de Belo Monte. Mesclados aos personagens de existência histórica, aparecem outros fictícios, que ajudam a compor a trama amorosa e aventureira do romance. Assim, dentro da história do arraial, no ambiente de luta pela sobrevivência, floresce o amor impetuoso de Maria Olho de Prata e de Pedrão, as aventuras de Arlequim e a heroicidade do pequeno Humberto.

Nascido em Sergipe, Paulo Dantas já escrevera *O purgatório* (1955), romance sobre o misticismo sertanejo, antes de publicar *O Capitão Jagunço*, em 1959. Além de dedicar o livro a Euclides, no cinquentenário de sua morte, “como pálida homenagem êste meu *capricho* sertanejo”, oferece-o ainda a mais treze escritores, “todos os treze, no tempo e no registro, escritores desaparecidos da Campanha de Canudos, em lembrança e gratidão, pela ajuda que me deram”¹².

O romance divide-se em duas partes - “O velho e o sertão”, “O sertão e o Conselheiro” - e o epílogo intitulado “Delírio e despedida”. Na primeira, o narrador-personagem encontra-se, anos depois da Campanha de Canudos, na estrada de Jeremoabo, com um velho que diz chamar-se Jerônimo e ser conhecido como Capitão Jagunço, e que parece ansioso por conversar. O velho lembra-nos Riobaldo (*Grande sertão: veredas* é de 1956, publicado três anos antes), no seu estatuto de velho guerreiro contando suas aventuras de moço e, ao mesmo tempo, expondo suas angústias diante do bem e do mal. Se Riobaldo angustia-se com sua dúvida da existência ou não do demônio e, por conseguinte, da veracidade ou não de seu pacto com o diabo, o Capitão Jagunço angustia-se em saber se foi ou não um traidor de sua gente, ao servir de guia às tropas do governo.

Para justificar-se perante o personagem-narrador: “- Ouça-me por favor com atenção e depois, então, prefira o seu julgamento, que dêle muito careço”¹³ mas, principalmente, para se auto-justificar, o ve-

12 DANTAS, Paulo. *O Capitão Jagunço*. São Paulo: Brasiliense, 1959, páginas sem numeração.

13 Idem, *ibidem*, p.10-11.

lho jagunço conta sua vida em Belo Monte, onde teria sido castigado e sua mulher morta porque João Abade soubera que ele possuía título de eleitor. Assim, por vingança, aceitara conduzir as tropas do Governo ao arraial de Canudos.

Se o personagem é riobaldiano, sua linguagem também aproxima-se do universo verbal de *Grande sertão*. Diferentemente do personagem rosiano que, barranqueiro do São Francisco, conta suas histórias ao Doutor, seu hóspede, o velho jagunço é um narrador caminhante que vai percorrendo muitos dos locais de seu drama. Mas como Riobaldo que não quer retornar às Veredas Mortas, lugar do suposto pacto com o diabo, Capitão Jagunço nega-se a entrar em Canudos, território do Mal.

Como Riobaldo, Jerônimo preocupa-se com seu próprio discurso: “Preciso contar com tino, senão os fatos se atropelam, baralham-se, dando aquela confusão danada.”; e com os fatos sobrenaturais: “Não quero nada com as almas do outro mundo (..) E promessa é melhor pagar em vida que depois de morto”¹⁴.

Guimarães Rosa soube evitar o contraste entre a fala do jagunço e a do citadino, criando um imenso diálogo em que se abstrai a fala do interlocutor, conhecendo-se dela, apenas, o que se depreende das réplicas do próprio jagunço. Já Paulo Dantas optou por criar as duas falas, a do jagunço e a do personagem-narrador, ficando a deste último forçada e sem graça. Exemplifico com o tom arrebatadamente rosiano da finalização da primeira parte do livro, quando o personagem-narrador (sem nome como o interlocutor rosiano de Riobaldo), diz ao Capitão Jagunço: “Você nunca morrerá. Você é o sertão”¹⁵.

Se, na linguagem e na pintura do personagem-título, sentimos forte contaminação do estilo rosiano; no desenvolvimento do temas canudianos, o autor mantém-se fiel à linha euclidiana, recontando, através do Capitão Jagunço os episódios da vida de Belo Monte e da Guerra de Canudos, já contados por Euclides.

14 Idem,ibidem, p.16 e 19.

15 Idem,ibidem, p.91.

O personagem-título é construído sobre a figura histórica do Capitão Jagunço- Domingos Jesuíno Lima-, citada por Euclides, em parágrafo que consta de “Travessia do Cambaio”. Depois de referir-se aos transe vividos pela expedição - falta de víveres, desaparecimento de cargueiros contratados em Monte Santo, fuga do comissário encarregado da remessa de munições -, o escritor fluminense dedica-lhe as seguintes palavras: “Alguém, entretanto, salvou a lealdade sertaneja, o guia Domingos Jesuíno. Conduziu as tropas para a frente até o ‘Riacho das Pedras’, onde acamparam.” Jesuíno era conhecido como Capitão Jagunço e sobre ele o *Diário de Notícias* publicou matéria, em 15/16.9.1896, salientando sua inimizade com o Conselheiro, por quem, em seu depoimento ao jornal, Jesuíno afirma ter sido expulso de Belo Monte ¹⁶.

A partir, pois, deste dado revelado na imprensa e da menção de Euclides, Dantas constrói um personagem que se tortura em drama hamletiano de ser ou não ser ... traidor. Se Euclides realça a “lealdade sertaneja” do guia Jesuíno com relação às tropas do governo, Dantas vai criar o drama íntimo de seu personagem em saber se deveria ter optado por ser leal a seus irmãos canudenses, o que configura, reafirmo, uma tensão semelhante àquela riobaldiana entre o bem e o mal, um dos temas centrais desenvolvidos por Rosa em *Grande sertão*.

A paixão – e este é bem o termo - de Dantas pelos dois escritores, se é implícita na construção de seu romance, vem explicitada em vários outros textos do escritor sergipano, e, muito especialmente, no livro *Euclides da Cunha e Guimarães Rosa – Através dos Sertões*, os livros e os autores¹⁷. Publicada em 96, esta obra não se institui como um ensaio crítico mas como um depoimento do autor sobre suas impressões fragmentárias de leitura da obra de Euclides e de Rosa, interligadas com comentários sobre as personalidades dos dois autores. Paulo Dantas estabelece paralelos (que chama de “atropelados”) entre o escritor

16 Ver BERNUCCI, Leopoldo M. Índice Onomástico. In: CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Ed. pr, notas e índices de Leopoldo M. Bernucci. São Paulo: Ateliê/Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2002, p.820.

17 DANTAS, Paulo. *Euclides da Cunha e Guimarães Rosa – Através dos Sertões*, os livros e os autores. São Paulo: Massao Ohna, 1996.

fluminense e o mineiro, compara métodos de trabalho – as famosas cadernetas de campo -, comportamentos e temperamentos dos escritores, além de temas, passagens e personagens de suas obras.

No confronto dos três romances canadinos de 50, quanto à herança temática euclidiana, é perceptível a constância dos principais ingredientes do modelo narrativo d’*Os sertões*: a descrição da vida de Belo Monte anterior à guerra e durante o período dos ataques das expedições militares, os momentos épicos das quatro expedições militares, o destaque para a figura do Coronel Moreira César, chefe da terceira expedição, a apresentação dos principais jagunços e o reconhecimento da coragem dos guerreiros conselheiristas na defesa do arraial, o episódio da procissão de prisioneiros levados ao acampamento do Exército nos dias finais da campanha, a degola dos prisioneiros de guerra, a completa destruição do arraial, e, muito especialmente, a presença centralizadora de Antônio Conselheiro.

N’*Os sertões*, Antônio Conselheiro é uma figura antitética: o “grande homem pelo avesso”, “nas fronteiras oscilantes da loucura, nessa zona mental onde se confundem facínoras e heróis, reformadores morais e aleijões tacanhos, e se acotovelam gênios e degenerados”, construído pelas circunstâncias taineanas “race, milieu, moment”: a raça mestiça de gente guerreira, os Maciéis; o meio do sertão central do Ceará e, posteriormente, o do sertão central da Bahia – regiões áridas, de caatinga, de secas periódicas, de miséria; o momento: na infância, a época das vendetas de família, depois o terrível tempo da chamada seca grande de 1877, época de fome, de epidemias, de agudização dos problemas do mundo rural nordestino, a mudança da monarquia para a república, a continuação do abandono das populações sertanejas no último quartel do século XIX.

Se na ficção, no teatro, na poesia, sua imagem, à época da guerra, correspondia à imagem estratificada pela opinião pública influenciada pela imprensa, com o passar do tempo foi mudando conforme foram sendo conhecidos novos ângulos de sua face, a partir de pesquisas desenvolvidas desde meados do século XX, que desengavetaram importantes documentos, e de depoimentos orais das testemunhas da vida no arraial antes e durante a guerra.

Os autores de *João Abade* e de *O capitão Jagunço*, que conheceram o sertão de Canudos e alguns sobreviventes da tragédia e seus descendentes, em muitos pontos divergem da versão euclidiana dos fatos e buscam contar a história, como diz João Felício, “de dentro para fora”, numa tentativa de reconstituição do cotidiano do arraial. No entanto, a pintura do Conselheiro e de seu séqüito, nestas obras, é, ainda, fortemente contaminada pela de Euclides. Em *João Abade*, quando o narrador em terceira pessoa emite opinião sobre o beato e sobre seu discurso, ou quando delega voz a alguns dos personagens, especialmente a Maria Olho de Prata, para que também apresentem suas opiniões, dúvidas e sentimentos em relação ao principal ator do drama de Canudos transparece o rebaixamento moral do beato.

Assim, para o narrador, o Conselheiro “era um títere”, sob o domínio do que chama de seu “Estado Maior”: “No fim, o velho Conselheiro seria o menos livre de todo o clã.” E arremata com uma metáfora desabonadora para o beato: “Esse é o infortúnio dos ratos que geram montanhas!” Ao comentar as prédicas do Conselheiro, o narrador repete a opinião de Euclides: “E a prédica embarafustou-se numa mixórdia de citações deturpadas, frases sem sentido, fragmentos de orações incongruentes”. Através de Maria Olho de Prata, o narrador dá voz às dúvidas sobre a santidade do Conselheiro na pergunta que ela ousa fazer a João Abade: “- Tu acredita no Conselheiro?” Esta dúvida antecipa o desprezo de Manuel Quadrado, diante do Conselheiro moribundo: “Tu pode com bala? Pode? Vá fazer teus milagres nas profundas!...” E antecipa, ainda, o discurso de persuasão da mesma Maria, que convence Pedrão a deixar o arraial, nos últimos dias da guerra: “Conselheiro é santo coisa nenhuma. Tá se acabando na agonia das urinas. Tu já viu santo se acabar de urina presa como qualquer pecador? Maluco é que ele é mais maluco ainda é tu, mais todos vocês que só fizeram banhar mato de sangue por coisa nenhuma”¹⁸.

Em *O Capitão Jagunço*, somente a voz do personagem-título se pronuncia sobre o Conselheiro uma vez que o personagem-narrador

18 SANTOS, Op. Cit., p.59, 61, 123, 125, 287, 292.

não conheceu o beato. Embora ressentido com o assassinato de sua mulher, com os sofrimentos e humilhações que lhe foram impostos em Belo Monte, o Capitão Jagunço transfere para o séquito do Conselheiro o ódio que alimenta contra o arraial e exclui o beato da responsabilidade pelo que lhe aconteceu e à mulher, enfatizando, como o narrador de *João Abade*, a impotência do beato diante dos chefes jagunços: “Aquêlê povaréu brabo de Canudos não prestava: acho que de lá só se salvava mesmo o Conselheiro, que era um santo homem desviado, posto nos errados caminhos por uma feroz e capaz penitência, a qual servia no jugo e na canga, feito um boi manso, tangido pelo ferrão da fé.” Reconhece, diferentemente de Euclides, algumas qualidades intelectuais no discurso do beato: “O Conselheiro falava bem: tinha seus estudos, seus conhecimentos de latim, seus entendimentos das Leis e da Religião”. E não aceitava alguns preconceitos contra ele: “De jeito nenhum concordo com o sujeito que chamou o Conselheiro de ‘homem de bofes ruins ou com aquêlê outro que o chamou de *inludridô* da humanidade”¹⁹.

No caso do autor de *Le mage du sertão*, sua visão dos acontecimentos e dos personagens atém-se às propostas teóricas euclidianas, levadas às últimas conseqüências, sem os matizes contraditórios revelados pelo próprio Euclides. Assim, “seu” Conselheiro é um chefe que ameaça os sertanejos com os piores castigos do céu para extorquir-lhes alimentos e outros bens, atraindo malfeitores, capangas, cangaceiros, seduzidos pelas facilidades da pilhagem.

Na base das visões discordantes da figura do Conselheiro no romance de 50, há dois focos antagônicos que polarizam os olhares: o foco que ressalta o amor e a dedicação que o beato inspira ao iluminá-lo no papel do homem que, em Belo Monte, abriga os mal-aventurados e, antes de estabelecer-se no arraial, faz-se conhecido no sertão como o peregrino construtor de igrejas, capelas, cemitérios, açudes e até vilas, nos moldes do sacerdote cearense Padre Ibiapina; e o foco que ressalta o ódio, o temor e a violência que o beato inspira, ao iluminá-lo de fora, no papel do homem que fanatiza os sertanejos e ameaça a república, conforme divulga a imprensa em concordância com o poder civil e religioso.

19 DANTAS, Op. Cit., p.41, 49, 65.

Sabemos hoje, porém, que este homem satanizado que foi apresentado ao país pela imprensa e pelo poder civil, militar e religioso, não corresponde ao homem revelado pelos que o conheceram de perto e por seu próprio discurso. Pois este homem, sobre quem Machado de Assis indagava “se escreveu algum livro, ...se sabe escrever”, lembrando que “Não se lhe conhecem discursos”²⁰, este homem, sim, escreveu. Os manuscritos de suas prédicas, com data de 1897, publicados em 73, foram recolhidos, no próprio Santuário onde jaziam os restos de Antônio Conselheiro, por João Pondé - acadêmico de Medicina que atuou na front da guerra, era de Itapicuru e, quando criança, teria beijado a mão do Conselheiro, tendo estado presente à exumação de seu corpo. Passando às mãos de Afrânio Peixoto, os manuscritos foram por este doados a Euclides da Cunha, após a publicação *d’Os sertões*. Não se sabe se chegaram a ser lidos por Euclides, à época envolvido na preparação ao concurso para o Colégio Pedro II e em problemas de família que o levariam à dramática morte em 1909²¹.

Quem lê as prédicas do Conselheiro, admira-se da coerência de suas idéias, da adequação de sua pregação aos preceitos da igreja católica da época, de seus conhecimentos medianos de latim. Enfim se um homem é seu discurso, o Conselheiro é um pregador católico devocional (ressaltemos suas prédicas sobre Maria, Mãe de Deus; sobre os dez mandamentos da lei de Deus, sobre a missa, a cruz, a confissão), com os reprováveis preconceitos de sua época (contra maçons, republicanos e protestantes), cometendo algumas falhas gramaticais; nada que destoe do paradigma de sermão de um pároco de aldeia de sua época. Revela-se monarquista, como grande parte do clero de então, e, em seu único sermão político conhecido, “Sobre a República”, aponta seus motivos para não aceitar o regime que substituiu a monarquia no Brasil (ilegitimidade do poder que não vem de Deus, impostos, casamento civil, entre

20 ASSIS, Machado de. *A Semana*. Rio de Janeiro: W.M.Jackson, 1937, vol.III, p.400.

21 Trechos de outros manuscritos de prédicas de Antônio Conselheiro que pertenciam ao Prof. Calasans e foram por ele doados ao Núcleo Sertão da Universidade Federal da Bahia, tiveram recente publicação. GALVÃO, Walnice Nogueira, PERES, Fernando da Rocha. *Breviário de Antonio Conselheiro*. Salvador: EDUFBa/Odebrecht, 2002.

outros). Assim, o Conselheiro não é o pregador apocalíptico e fanático pintado por Euclides e pela imprensa de seu tempo. Aliás, sua retórica é muito menos enfática do que a assustadora pregação do frades das Missões que assombravam o sertão brasileiro. Estabeleço comparações entre os sermões do Conselheiro e os do clero rural de sua época para ressaltar a consonância entre eles; no entanto, é preciso lembrar que o Conselheiro nunca assumiu atividades eclesiais – ministração de sacramentos, celebração de missa-, como o próprio Frei Marciano assevera em seu famoso *Relatório*²², autodenominando-se apenas como peregrino.

Em *La guerra del fin del mundo*, da terceira geração de romance canadiano, em que o peruano Mario Vargas Llosa intenta a criação do livro de fundação, a retomada do “manual de latinoamericanismo”, da bíblia brasileira - sua versão da guerra de Canudos, a descrição do Conselheiro, nas linhas iniciais, imobilizando-o nessa história e na História, e aprisionando-o em um pretérito imperfeito que o condena sistemicamente à repetição das mesmas ações, antecipa a dimensão mítica de seu retrato nesse romance. Em seu corpo parco, sobressaem, apenas, os olhos — “ardían con fuego perpétuo”²³ — que, no código descritivo de Vargas Llosa, sempre delatam o fanático.

O Conselheiro vargasllosiano, por sua feição mítica, quase estática, difere essencialmente do Conselheiro euclidiano. O Conselheiro vargasllosiano, mesmo sem ser um personagem condutor da narrativa, catalisa todas as grandes ações do romance. Suas palavras (seus conselhos) são o móvel principal dessas ações:

Daba sus consejos al atardecer, cuando los hombres habían vuelto del campo y las mujeres habían acabado los quehaceres domésticos y las criaturas estaban ya durmiendo (...) Hablaba de cosas sencillas e importantes (...) Cosas que se entendían porque eran oscuramente sabidas desde tiempos inmemoriales y que uno aprendía con la leche

22 *Relatório apresentado pelo Revdo João Evangelista de Monte Marciano ao Arcebispo da Bahia sobre Antônio Conselheiro e seu séquito n Arraial de Canudos*. Bahia: Tipographia do Correio de Notícias, 1895.

23 VARGAS LLOSA, Mario. *La guerra del fin del mundo*. Barcelona: Seix Barral, 1981, p.15.

que mamaba. Cosas actuales, tangibles, cotidianas, inevitables, como el fin del mundo y el Juicio Final.²⁴

A ação do romance, no que se refere à disposição dos sertanejos para a construção e preservação de Belo Monte, está explicada e justificada pelos lições do Conselheiro. Assim, a fé em suas palavras faz com que a realidade sirva apenas para comprová-las: «Las profecías empezaban a ser realidad, las palabras hechos»²⁵.

Nas versões de outros romancistas do final do século XX, a figura do Conselheiro vai tomando contornos mais humanizados, como na de J. J. Veiga²⁶, em que Antônio Conselheiro, como uma serpente, abandona sua casca – ou seja, faz a barba, deixa o hábito de brim azul, conversa ao invés de pregar, aceita tirar retrato – e passa a ser Tio Antônio.

Assim, na terceira geração de romances canudianos, os retratos do Conselheiro vão perdendo a imobilidade de focos excludentes, o que permite a visão de outros ângulos possíveis para sua ficcionalização. Apesar disso, mesmo a composição de outros retratos necessitam confrontar-se no espelho d'*Os sertões*. É impressionante a permanência do texto de Euclides na cultura da contemporaneidade, o que se verifica não somente na literatura, como ainda nas artes, sem contar, os valiosos estudos que o tema de Canudos e a obra de Euclides vêm merecendo no Brasil e no exterior, favorecidos pela ampla divulgação do romance de Vargas Llosa, pelas recentes traduções de *Os sertões* e pelo justo interesse que o assunto provocou nas lembranças do centenário da Guerra, em 97, e provoca, hoje, no centenário de publicação de *Os sertões*.

Angela Maria Rossas Mota de Gutiérrez é escritora, membro da Academia Cearense de Letras, Mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará, Doutor em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais, Professor-Adjunto do Departamento de Literatura da UFC, Coordenadora de Políticas do Livro e de Acervos da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará.

24 Idem, *ibidem*, p.322.

25 Idem, *Ibidem*, p.76.

26 VEIGA, J.J. *A casca da serpente*. 4ª ed. Bertrand Brasil, 1994..